

## ESPECIAL: MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE EM MUTAÇÃO

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE (MDM) E A TRAJECTÓRIA DA IDEIA DE UMA “TERCEIRA FORÇA POLÍTICA” EM MOÇAMBIQUE

PÁG. 6

Eduardo J Siteo

OS TEMPOS DE GLÓRIA DO MDM: A PENETRAÇÃO NO MUNICÍPIO DA VILA DE MUEDA

PÁG. 9

Egídio Guambe

## FUTURO DO MDM EM JOGO! HERDAR A VISÃO DE DAVIZ SIMANGO. MAS QUE VISÃO?

Domingos M. Rosário<sup>1</sup> & Albano Brito<sup>2</sup>

Nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2021 realiza-se na cidade da Beira, o terceiro congresso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). É o primeiro que se organiza sem a presença de Daviz Simango, fundador do partido em 2009, tendo falecido em 2021 vítima de doença. Com o desaparecimento físico de seu presidente, o partido encontra-se numa fase quase que moribunda, que esconde momentos de turbulência interna vivida nos últimos anos. Com efeito, o partido foi, nos últimos tempos, gerido de forma autoritária e nepotista, o que resultou não só numa tensão estrutural, como também criou uma crise interna, que culminou com o abandono de alguns quadros. A saída desta ala considerada intelectual, e com certo capital político e de notoriedade, adiou a consolidação das estruturas internas do partido e reforçou o poder de Daviz Simango que passou a gerir o partido de forma autocrática, impedindo assim o desenvolvimento de um “projecto nacional” que servisse de alternativa política à FRELIMO e à RENAMO.

Será que o Congresso do MDM vai eleger alguém capaz de liderar de forma democrática o partido e recuperar o projecto inicial do movimento “moçambique para todos”? A morte de Simango representa o fim ou a possibilidade de renovação do MDM? Que cenários se podem verificar no congresso, capazes de (re)tornar o MDM alternativa política credível? Que vias existem ou podem ser construídas para um MDM vibrante?

Antes de responder a estas questões e traçar os possíveis cenários sobre o futuro do MDM, uma análise em termos de trajectória social e político do movimento, desde a sua criação até a actualidade, merece ser sublinhada. A primeira parte deste ensaio discute como é que o surgimento do movimento e as expectativas nele depositadas catapultaram a aderência

ao mesmo por parte de diferentes segmentos sociais. Na segunda parte, discute-se a forma como a estratégia de Simango para instalar o partido ao nível local o transformou numa organização pessoal. Na terceira parte, discute-se a sua trajectória eleitoral, antes de terminar com a apresentação dos possíveis cenários que podem surgir durante o congresso e a sua relevância para o futuro político do movimento.

### 1. MDM: A utopia de “um movimento para Todos”?

Em 2008, depois da sua expulsão da RENAMO, Daviz Simango concorreu como candidato independente à edilidade do município da Beira, onde obteve (61,6% dos votos), derrotando assim, os candidatos da FRELIMO (33,7% de votos) e da RENAMO (2,7% de votos)<sup>4</sup>. A vitória de Simango fez acreditar alguns segmentos da sociedade Moçambicana, cansados da governação da FRELIMO e dos sucessivos fracassos da RENAMO, de que este recém criado movimento poderia trazer a mudança e constituir uma alternativa política viável contra os antigos beligerantes da guerra civil moçambicana (1976-1992)<sup>5</sup>. Os semanários *Canal de Moçambique* e *Zambeze* da época, indicavam nos seus editoriais:

“O movimento que já está em curso, não pode parar (...) Ficou provado nas últimas eleições autárquicas que (...) onde houve trabalho, gente decidida e motivada, venceu quem se opôs à Frelimo. Neste caso o líder chamou-se Daviz Simango” (...) “O movimento já saiu da inércia (...) Daviz Simango tem razão em não se querer assumir como líder imprescindível, mas, nesta fase, não pode esperar mais para dizer SIM, ESTAMOS JUNTOS PARA MUDAR MOÇAMBIQUE”<sup>6</sup>

Inspirado por esta vitória eleitoral, e pelos “ventos de mudança” que sopravam do Oeste, no Zimbabwe, com o sucesso eleitoral do Movimento

<sup>1</sup> Professor de Associado na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM; [sopito78@gmail.com](mailto:sopito78@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Geopolítica e pesquisador no Laboratório Oceano Indico, Espaço e Sociedade –CREGUR da universidade de Reunião; [ar.rupias@gmail.com](mailto:ar.rupias@gmail.com)

<sup>3</sup> Este é o slogan do Movimento Democrático de Moçambique.

<sup>4</sup> “Situação dos votos a mais na Beira foi erro técnico e não acto propositado de que se pode castigar alguém”. *Canal de Moçambique*, 5 de dezembro de 2008.

<sup>5</sup> E. Morier-Genoud, M. Cahen & D. M. Rosario (eds). *The War Within. New perspectives on the civil war in Mozambique 1976-1992*, Martlesham (R.-U.), James Currey/Boydell and Brewer, 2018.

<sup>6</sup> M. Machel, “O marketing político do presidente do MDM, ou seja, a ‘Obamanização’ de Daviz Simango”. *Comunicação apresentada nas jornadas científicas de Ciências de comunicação d’APolitécnica*, abril de 2009.

para Democracia e Mudança (MDC) de Morgan Tsvangirai (2008) e, nas eleições americanas de 2008 com Barack Obama, Simango cria em março de 2009 o Movimento Democrático de Moçambique (MDM). No discurso da sua *entronização* como presidente do MDM, Simango produz um discurso carregado de simbolismo, de esperança e de confiança nas qualidades individuais de cada um dos Moçambicanos, para justificar o *slogan* “Moçambique para todos”, e argumenta:

“Há quatro décadas, quando a Frente de Libertação de Moçambique era liderada pelo Dr. Eduardo Mondlane e seu Vice-Presidente Uria Simango, lutar por Moçambique significava lutar por uma independência nacional, em que todos os cidadãos pudessem desfrutar da liberdade, para desenvolverem suas vidas e enriquecerem Moçambique, de acordo com suas capacidades, talentos e iniciativas”.<sup>7</sup>

Este discurso congregador suscitou o interesse de uma ala civil da RENAMO marginalizada por Dhlakama, e que acreditava ter encontrado no MDM um canal institucional para expressar suas ideias políticas. Este partido foi também bem-recebido por jovens das cidades, sem horizonte de integração económica urbana e deixados à sua sorte pelo Estado; Pelos antigos membros do Partido de Convenção Nacional (PCN); pelos eleitores da RENAMO, que transportavam consigo um sentimento *antifrelimista*; pelos cidadãos, que continuavam ainda bastante cépticos em relação às questões políticas; e pelos notáveis locais (homens de negócio) pelos funcionários públicos, com destaque para professores (face a um processo de progressões travado e de precaridade salarial substantiva), que não se reviam ou eram excluídos do modelo clientelista praticado pelo partido governamental ao nível local<sup>8</sup>. Aliás, desde a sua criação o modelo de mobilização de apoiantes para o partido foi sempre organizado em torno de figuras de prestígio e com capital de notoriedade capazes de mobilizar apoiantes para o partido, em destaque nos níveis das pequenas cidades e vilas. O modelo de recrutamento do MDM levou alguns autores a considerar que este movimento parecia mais um comité de notáveis locais congregados em torno de seu líder. Esta é uma nova forma de mobilização inaugurada pelo movimento para dar mais força ao partido e criar ramificações ao nível local.

Sete meses depois da sua criação, a primeira experiência eleitoral do MDM nas eleições gerais presidenciais, legislativas e provinciais de 2009 produziu resultados contraditórios. O MDM, mesmo excluído em 7 dos 11 círculos eleitorais do país<sup>9</sup>, conseguiu (com 8,6% dos votos) eleger nos círculos eleitorais de Maputo cidade (3) e Sofala (5) deputados e tornar-se assim na terceira força política do país. Se eleger 5 deputados em Sofala, parecia normal, dado o perfil étnico e social da classe fundadora e dirigente do MDM, conseguir 3 deputados no círculo da cidade de Maputo, nos bairros onde tradicionalmente habitava a elite da FRELIMO, era de tudo surpreendente. Simango, que concorreu a eleição presidencial (círculo eleitoral único) tinha obtido resultados modestos (8,59%) para aquilo que eram as suas expectativas e daqueles que acreditavam que Simango era o portador da mudança.

Mesmo com os resultados promissores alcançados pelo partido (2009), no ano seguinte (2010), o movimento conheceu a sua primeira grande crise interna, com os notáveis a colocar em questão a liderança do presidente.

## 2. Implantação política e administrativa do MDM ao nível local

Num contexto em que os partidos políticos funcionam como canais para satisfação de interesses pessoais, o modelo de recrutamento de notáveis; mostrava-se inadequado. Para atenuar a crise, Simango dissolveu em 2010, a Comissão Política do Movimento e afastou igualmente, o delegado político provincial de Manica por alegada insubordinação<sup>10</sup>. A decisão do presidente agudizou a crise interna que resultou no abandono e ou na marginalização de uma parte dos chamados intelectuais do partido. Aliás, em abril de 2011, um grupo de quadros do MDM escreveu uma carta ao presidente, denunciando irregularidades na gestão do MDM<sup>11</sup>. Numa altura em que o partido não tinha ainda se estabelecido localmente, Simango tinha percebido que a única forma de sobreviver politicamente era iniciar

uma gestão centralizada e autoritária<sup>12</sup>, não só para assegurar o controlo do partido, mas também para consolidar a sua posição na estrutura partidária sobretudo ao nível local. Assim, iniciou uma campanha para instalar politicamente e administrativamente o MDM ao nível da cidade da Beira, através da sobreposição de cinco ações estratégicas:

- a) **Introduz um novo modelo de “controlo do voto”**: tanto nas eleições municipais quanto, nas gerais, o MDM mobiliza seus simpatizantes para depois de votar permanecer nas mesas para controlar o processo de apuramento e contagem dos votos de seus candidatos e evitar a fraude eleitoral. O modelo introduzido pelo MDM permitiu a vitória deste partido nos municípios de Quelimane<sup>13</sup>, Beira e outros facilitando assim a eleição de membros deste partido em muitas assembleias municipais.
- b) **Rompeu com o estilo de liderança da FRELIMO e da RENAMO**: introduz um novo estilo de liderança que privilegiava o contacto directo com a população dos bairros mais populares (Munhava e Manga), cujas condições sociais são historicamente precárias. Nos comícios públicos, Simango usava seu carisma e eloquência discursiva. Apresentava-se de roupa modesta, calças *jeans*, camisa simples sem gravata e sem referências de grandes marcas de roupas. A indumentária em seu conteúdo ideológico introduz uma linguagem política oculta<sup>14</sup>. Através da vestimenta, Simango institui nos residentes dos bairros da cidade da Beira uma linguagem política oculta, mas com forte impacto nas percepções colectivas de pessoas modestas. Esta tática tornou Simango em alguém engajado nos interesses colectivos dos mais desfavorecidos e pouco interessado nas lógicas clientelistas de acumulação de recursos por via de controlo de poder político<sup>15</sup>.
- c) **Estabeleceu novas parcerias financeiras para fugir ao sufoco do Estado central**: por exemplo, foi durante o período de governação do MDM que no município da Beira ganhou destaque o projecto de requalificação urbana. Para colocar seus projetos em prática, o MDM redesenhou a sua lógica de financiamento que o permitiu “escapar” da ditadura dos recursos financeiros provenientes do partido-Estado central, cuja transferência para os municípios de penúria<sup>16</sup> era problemática. Estabeleceu contacto com grupo de doadores ocidentais, especialmente os holandeses e KFW (banco do Governo alemão para o desenvolvimento)<sup>17</sup>. Aproveitando os modelos de planificação participativa introduzidos pela GIZ<sup>18</sup> e que tinha tido sucesso no distrito de Dondo, elaborara um *Master Plan* local, com objectivo de ajudar o município a gerir os riscos climáticos. Num discurso feito numa das zonas mais afectadas pelas inundações, Simango promete:

“Queremos continuar a proteger a nossa costa, e agora, se vocês confiarem no MDM vamos começar pela praia nova porque já temos dinheiro para começar com esse projecto (...). Estamos a trabalhar para começar os aterros, mas vamos criar primeiro uma cidade dentro da actual cidade, na Maranza, com 25 mil casas para a nossa população (...) a prioridade é garantir a construção do aterro, rede de abastecimento de água, rede de esgoto, de energia e um sistema de drenagem para que a população possa viver sem inundações (...) nós temos capacidade de mobilizar recursos. Temos capacidade de falar com pessoas para trazerem dinheiro para investir na nossa cidade da Beira. E vamos continuar a fazer isso para que a Beira possa continuar a mudar”.<sup>19</sup>

7 *Idem*

8 D. M. Rosario & E. Guambe, “Democracia Moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Davis Simango: iminente fim da oposição em Moçambique?” *EISA Policy Brief*, n°14, maio de 2021.

9 «MDM contesta exclusão em 9 círculos eleitorais». *A Verdade*, 9 de setembro de 2009.

10 “Davis Simango dissolve Comissão Política do MDM”. Canal de Moçambique, 10 de fevereiro de 2010. Um dos objetivos de Simango era de afastar algumas figuras tidas como incomodadas naquele órgão político.

11 Carta dos Quadros preocupados do MDM.

12 R. Otayek, A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas. *Revista Crítica de Ciências Sociais* n° 77, 2007, pp. 131-150.

13 Portal do Governo de Moçambique, “Nenhum eleitor está autorizado a votar e permanecer à boca da urna”. In <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Nenhum-eleitor-esta-autorizado-a-votar-e-permanecer-a-boca-da-urna-Bernardino-Rafael>. Acessado no dia 01 de Novembro de 2021.

14 M. Ranhos, Th. Travis, C. Mayfield, *Draped in Ideology: Clothing and Politics*. History Harvest, 2018.

15 J.-F. Bayart, *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*, Paris, Fayard, 1989.

16 D. M. do Rosário, “Os Municípios dos “Outros”. Alternância do poder local em Moçambique? O caso de Angoche *Cadernos de Estudos Africanos*, n°30, 2015, pp. 135-165.

17 DW “Confrontos podem levar a cidade da Beira a rebentar pelas costuras”. In <https://www.dw.com/pt-002/confrontos-podem-levar-a-cidade-da-beira-a-rebentar-pelas-costuras/a-19387862>. Acessado no dia 29 de Outubro de 2021.

18 Agencia de Desenvolvimento Alemã.

19 “Davis Simango promete construir 25 mil casas nos próximos cinco anos na Beira”. Cabal de Moçambique, 30 de setembro de 2018, p. 3.

d) **Utiliza as estruturas político-administrativo do município da Beira para implantar a imagem do partido ao nível dos bairros mais populares:** igualmente, Simango recria as estruturas do seu partido a partir das suas bases. Para tal, o governo municipal construiu novas unidades das sedes dos bairros. Os secretários do MDM ao nível local não tinham infraestruturas em virtude de a FRELIMO ter-se apoderado das antigas, sob pretexto que não eram do município, mas sim sedes dos antigos grupos dinamizadores – estruturas do partido FRELIMO<sup>20</sup>. A construção e a reanimação dessas estruturas administrativas foram importantes não só porque dinamizaram a relação entre a estrutura municipal e os municípios da Beira, mas serviram também de veículo para fortalecer a imagem de Simango e do MDM ao nível dos bairros. As lógicas de governação implantadas por Simango tornaram porosas as fronteiras entre o poder municipal e o MDM, introduzindo desta forma o modelo usado pelo seu inimigo<sup>21</sup> de não separar o partido do Estado.

e) **Politicizou o desporto local:** inspirando-se em Moïse Katumbé<sup>22</sup> político do sul da República Democrática do Congo, Simango politicizou o desporto em particular o futebol – “o opium do povo”<sup>23</sup> como estratégia para implantar-se nos bairros mais populares da cidade da Beira. Depois do governo de Moçambique ter projectado a construção de três estádios de referência (sul, centro e norte) e, preterido a Beira em detrimento de Manica para a construção do novo Estádio na zona centro, Simango mobiliza 100 milhões de meticais e constrói em Munhava, um dos bairros mais populosos do município da Beira um estádio municipal. E, para incentivar os praticantes desta modalidade a jogar futebol, atribui terrenos e respectivos DUAT’s (Direito de uso e Aproveitamento da Terra) aos jogadores de futebol dos clubes locais;

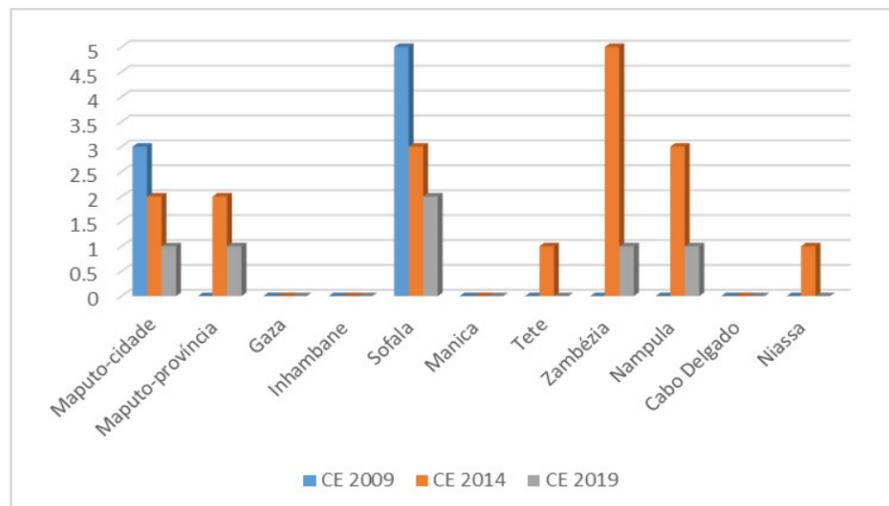
Estas ações, enquanto gestos de expressão *du politique par le bas*<sup>24</sup>, não só fortaleceram a imagem do partido ao nível local em detrimento da afirmação ao nível nacional. As consequências desse tipo de estratégia de *establishment* político não permitiu a consolidação das instituições internas e fortaleceram o seu presidente, o que impediu o MDM de desenvolver, ao longo do tempo, um estudo sociológico para perceber as motivações do voto jovem e urbano sulista, mas também para mobilizar outras formulas de institucionalização nas diferentes partes do país e assim cumprir a função de representação social<sup>25</sup>, que lhe institui como partido político.

### 3. Ascensão e queda do MDM: um projecto político adiado?

Apesar da crise interna que corroía o partido, havia, pelo menos a curto prazo, ao nível local e no seio do movimento, consensos internos capazes de reproduzir e fazer valer o discurso político em torno do “Moçambique para todos”. Por isso, figuras locais, que mesmo em contradição com o presidente, mas que não tinham ainda renunciado o partido, tais como Manuel de Araújo em Quelimane (68,2%); M. Amurane em Nampula (53,84%) e Orlando Janeiro em Gurué (55,0 %) tinham vencido as eleições nos seus municípios. E, outros candidatos como J. Agostinho (48,3%) em Marromeu; Lucas Mpepo (49,6%) em Milange; Fernando Pequeno (48,95%) em Mocuba; e Gil Sousa (47,94%) em Alto-Molocué tinham conseguido votações estrondosas<sup>26</sup>.

Aliás são esses consensos que permitiram não só a participação do MDM nestas eleições, mas ajudaram também o partido a melhorar os resultados eleitorais nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2014. Se nas eleições legislativas de 2009 o MDM tinha conseguido eleger deputados em Sofala e Maputo Cidade, em 2014, concorreu em todos os círculos eleitorais e elegeu deputados em Niassa (1); Nampula (3); Zambézia (5); Tete (1), Sofala (3), Maputo província (2) e Maputo cidade (2).

**Gráfico 1: Desempenho do MDM por círculo eleitoral**



Apesar da subida em termos de representação, o MDM não conseguiu se impor como um movimento nacional. A ausência de um projecto político nacional alternativo não o possibilitou, pelo menos, mobilizar as representações que tinham constituído o grupo dos membros do antigo núcleo do Negrófilo de Manica e Sofala, uma organização cultural de grupo étnico Ndaú, que existiu de 1939 a 1953<sup>27</sup>, dirigido por Kamba Simango, uma vez que, por exemplo, desde o surgimento do movimento até as eleições de 2019, o MDM não conseguiu eleger nenhum deputado, muito menos eleger presidentes nos municípios da província de Manica. Outras províncias em que o MDM nunca teve representação são: Gaza e Inhambane (sul); e Cabo Delgado (Norte).

Daviz Simango, com 6,36% dos votos na eleição presidencial, registou uma queda de 2,23 % em relação a votação de 2009, o que contrastava com os 70,40% que tinha obtido nas eleições municipais de 2013 na cidade da Beira<sup>28</sup>. Depois da derrota nas eleições presidenciais de 2014, Simango concentrou-se apenas na política local, base da sua legitimidade. Com o passar do tempo, Simango tinha entendido que nos países em transição política, onde não há uma tradição de participação democrática, a detenção do poder local é particularmente importante, porque fornece uma arena onde os que não fazem parte da antiga elite dirigente podem desenvolver suas próprias habilidades e adquirir experiências políticas<sup>29</sup>.

Com as estruturas internas instaladas e sua imagem consolidada, Simango reforça sua gestão clientelista. Usava não só o domínio que tinha do partido, como também a administração municipal, como instrumento para recompensa política de seus clientes<sup>30</sup>. Aliás, avaliando pela gestão centralizada e nepotista do município da Beira, o *slogan* do MDM “Moçambique para todos”, que tinha sido determinante para a adesão a este movimento, tinha-se transformado, *grosso modo*, em “Beira de alguns”, ou seja, da família Simango e de outros membros próximos do presidente, estruturando assim a administração municipal à imagem das alianças comunitárias e étnicas<sup>31</sup>.

Contudo, seu clientelismo pobre, não conseguia satisfazer a todas as facções existentes nem no partido, muito menos na estrutura municipal, o que causou fortes tensões que levaram, por exemplo, figuras como Geraldo Carvalho, ex-guerrilheiro da RENAMO, a denunciar, em 2018, as práticas clientelistas existentes entre a Família Simango e os empresários locais<sup>32</sup>; Ismael Mussá a se queixar do tribalismo<sup>33</sup> no seio do movimento e Dionísio Quelhas a reivindicar a existência de nepotismo – que se expressava pela forma como as posições elegíveis a membro da assembleia provincial e da República tinham sido atribuídas para favorecer familiares e amigos do

20 “Tribunal ordena o município da Beira a devolver “sedes” à Frelimo”. *O País*, 16 de novembro de 2010.

21 M. Cahen “The Enemy as Model. Patronage as a Crisis Factor in Constructing Opposition in Mozambique”. Oxford, Oxford-Sciences Po Research Group, dezembro 2011, 14 p.

22 Moïse Katumbé é uma figura política e empresário notável, originário da província de Katanga, ao sul da RDC, região que na altura da independência manifestou forte desejo separatista contra o então primeiro presidente independente, Joseph Kasavubu. Desde 1997, Moïse Katumbé é o presidente do TP Mazembe - Tout Puissant Mazembe, um clube de futebol congolês, consagrado cinco vezes campeão africano e finalista da Copa do Mundo de Clubes em 2010. Portanto, este capitalizou a sua imagem de empresário de um dos maiores clubes africanos para aumentar a sua popularidade na política nacional e, sobretudo, na área local. Este tornou-se um dos homens políticos forte deste país e viu sua candidatura para as eleições gerais de 2017 boicotada.

23 T. Gallagher, « Soccer : The real opium of the people ». *Innes Review* 36(1), 1985, pp. 1-44.

24 J. F. Bayart, A. Mbembe et C. Toulabor, *Politique par le bas en Afrique Noire*. Paris, Karthala, 2008.

25 R. Michels, *Les partis politiques : essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*. Paris, Flammarion, 1971.

26 Conselho Constitucional, Acórdão n°04/CC/2014. Validação e proclamação dos resultados das eleições Autárquicas.

27 M. Cahen, *Os outros: um historiador em Moçambique, 1994*. Basel, Schlettwein, 2004.

28 «Resultados finais das eleições autárquicas de 2013”. *Boletim do processo político em Moçambique*, n° 54, dezembro de 2013.

29 A. Rosenbaum, “gouvernance et décentralisation. Leçons de l’expérience ». *Revue Française d’Administration publique*, n° 88, 1998, pp. 507-516.

30 E. Guambe, *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique. A municipalização na Beira, em Mueda e Quissico*. Maputo: Aframo & Minerva Coimbra, 2019.

31 R. Joseph, *Democracy and Prebendal Politics in Nigeria. The rise and fall of the second Republic*, New York, Cambridge University press, 1987.

32 “Geraldo Carvalho afronta Davis Simango e dá todo o apoio a Manuel Bissopo”. *Autarca*, 27 de Agosto de 2018.

33 DW, “Dissidentes do MDM criam novo partido em Nampula”. In <https://www.dw.com/pt-002/dissidentes-do-mdm-criam-novo-partido-em-nampula/a-19479529>. Acessado no dia 20 de outubro de 2021.

presidente, em detrimento de quadros do partido<sup>34</sup>.

Estes quadros reivindicavam a sua entrada na rede clientelista. O desejo destes quadros levanta a questão do “*xitique do governo*” evocado por alguns autores africanistas<sup>35</sup>. De acordo com estes autores, “a imagem do *xitique* traduz os ritos de circulação dos chefes das fações a posições de poder (cada um em sua vez) e se refere a noção de equidade no acesso ao poder, conseqüentemente, a riqueza, que o poder permite acumular, que deve ser equitativamente redistribuída de modo a satisfazer todas as fações em jogo”<sup>36</sup>.

Concentrado na política local e atravessado por agudos conflitos internos, no intervalo entre as eleições de 2014 e 2019, o MDM não organizou nenhuma iniciativa, muito menos desenvolver uma propaganda política, para explicar aos moçambicanos a essência e o significado do seu projecto político alternativo “Moçambique para todos”. O afrouxamento político registado pelo partido no ciclo eleitoral 2018/2019 foi em parte resultado desse marasmo político. Como se pode ver, nas eleições municipais de 2018 o MDM perdeu três dos quatro municípios que tinha conquistado em 2013, tendo apenas conservado o município da Beira, último reduto da família Simango. Relativamente as eleições Presidenciais e legislativas, o partido registou os piores resultados da sua história: elegeu apenas 6 deputados na assembleia da República. Davis Simango obteve também uma votação muito modesta (4,38%).

A decadência do MDM mostra dentre outras coisas, que uma década depois da sua fundação não conseguiu se impor como alternativa política credível ao nível nacional. Com efeito, os últimos dias de Simango foram caracterizados por uma tentativa de reanimar um partido, “moribundo” que escondia momentos de “turbulência interna”, vivida nos últimos anos, e que colocava o MDM fora<sup>37</sup> dos principais debates nacionais. Se a reunião do Conselho Nacional conseguiu, sem muito alarido indicar o Secretário-geral como o “dirigente do partido” até a data da realização do congresso, o perfil sociológico dos “candidatos a sucessão”<sup>38</sup>, as alianças étnico-regionais que se podem estabelecer e a forma como o congresso vai ser gerido, pode agudizar a crise interna”, acelerar a sua decadência e consolidar a sua posição de movimento localista.

Que cenários então o congresso pode trazer para a sobrevivência política do MDM e se tornar em alternativa política credível? Antes de discutir os possíveis cenários sobre o futuro do MDM, uma breve descrição dos perfis sociológicos dos candidatos, merece atenção.

#### 4. Possíveis cenários do congresso e suas implicações para o futuro político do MDM

Três candidatos perfilam para a sucessão de Daviz Simango a presidente do MDM. Lutero Simango, José Domingos e Silvério Ronguana. Quem são estas figuras e que podem trazer para reactivar o MDM? Antes de mostrar a “mais valia” que cada candidato pode trazer, uma descrição do perfil sociológico destes candidatos, parece ser fundamental.

#### Quadro 1: Perfil sociológico dos candidatos

Lutero Simango	José Domingos	Silvério Ronguana
Nascido em Nachingueia na antiga base da FRELIMO na Tanzânia, pertence ao grupo étnico Nda. Membro fundador do partido (MDM). Foi membro da comissão política a partir de 2011. Engenheiro de formação, deputado e chefe da bancada parlamentar do MDM na Assembleia de República desde 2009. É tecnocrata e não se conhecem muito bem a suas capacidades de liderança muito menos suas habilidades políticas. Nunca esteve ligado aos “ <i>affaires</i> ” de gestão municipal.	Nascido na cidade da Beira, é do grupo étnico Sena. Frequentou o curso de Direito. Foi membro fundador e membro da comissão política do MDM. Desde a fundação do partido, Domingos tem sido uma figura incontornável na governação Municipal de Simango. Antes de ser eleito secretário-geral do MDM (2018) e de tomar posse como deputado da assembleia da República (2020), Domingos ocupou desde 2008 diferentes cargos de vereação Municipal na cidade da Beira. Em 2021 foi eleito, depois da morte de Davis, presidente interino do MDM	Natural de Inhambane, pertence ao grupo étnico Tswa. É Doutorado em Filosofia, é docente universitário. Filiou-se no MDM em 2012, tendo ocupado desde 2014 o cargo de delegado político do partido ao nível da província de Maputo. Para além de funções políticas, é actualmente Vice-Reitor de Administração na Universidade São Tomás de Moçambique (USTM), Presidente da Comissão de Ética e Membro do Conselho de Administração da Assembleia da República de Moçambique.

#### 4.1. Cenário 1: Eleição de Lutero Simango

Apesar do apoio que recebeu da célula do MDM de Maputo (naturais da beira residentes em Maputo) e da Liga da Juventude do MDM na Beira, enfrenta oposição interna de uma ala do MDM que apoia o candidato José Domingos. Esta ala defende que o MDM não é uma monarquia e que agora “era a sua vez de liderar o partido. Acusam Lutero de ser ainda membro e presidente do Partido de Convenção Nacional<sup>39</sup>, cargo que nunca renunciou publicamente. Aliás, Lutero tem recebido pressão por parte de um sector familiar para não se candidatar a presidente do MDM, pelo facto de três membros desta, nomeadamente o pai e dois irmãos, incluindo Daviz terem sido vítimas da política. Lutero Simango, técnico, que liderou sempre a bancada parlamentar do Movimento na Assembleia da República tem a vantagem desta posição ter-lhe introduzido nos meandros da “*realpolitik*”, capacidade importante para liderar o movimento. O modelo clientelista instalado pelo seu irmão, pode favorecer sua eleição a presidente do partido, ainda mais porque, maior parte de seus “clientes” que ocupam posições de relevo ao nível do município, das assembleias provinciais e na assembleia da República, quererão preservar suas posições e Lutero, pode ser, nas concepções destes, a melhor pessoa para continuar a alimentar este desejo. Contudo, parece não ter carisma além de que não se conhecem as suas proezas políticas, muito menos capacidade discursiva, capaz de mobilizar as massas para aderir ao projecto do MDM. Afirma ter herdado a visão de seu antecessor. Mas a pergunta que se coloca é? Qual era a visão de Daviz Simango? Aliás, como demonstrado acima, Daviz Simango morreu numa altura em que o partido conhecia uma crise relativamente aguda e se esforçava para reconstruir o partido.

#### 4.2. Cenário 2: Eleição de José Domingos

A sua ligação desde a fundação do MDM a Daviz Simango e pelo facto de ocupar de forma interina a liderança do MDM deu-lhe legitimidade para concorrer para a sua liderança. A sua eleição é bem vista por sectores ligados, não só ao seu grupo étnico, como também por antigos membros do MDM, cujo protagonismo foi limitado pela família Simango. Tem recebido apoios importantes não só provenientes do presidente da Liga da juventude do MDM<sup>40</sup>, como também de militantes do MDM da província de Nampula, tais como Luciano Tarieque, ex-delegado político da cidade de Nampula e actual membro do secretariado-geral, André Américo, membro do Conselho Nacional, e Manuel Tocova, antigo presidente interino da autarquia de Nampula<sup>41</sup>. Não é carismático e parece ter limitações ao nível do discurso. A sua curta experiência de Deputado da Assembleia da República e de secretário-geral do movimento não lhe deu tarimba política suficiente para operar mudanças necessárias e tornar o MDM uma alternativa política credível ao nível nacional. Contudo, o facto de ter ocupado durante cerca de duas décadas posições de destaque ao nível da estrutura municipal e do partido ao nível da cidade da Beira pode constituir vantagens junto às bases, ligado, portanto ao exercício do poder de proximidade.

#### 4.3. Cenário 3: Eleição de Silvério Ronguana

34 “O que dizer da crise no MDM”. *O Autarca*, 20 de abril de 2011.

35 L. Monnier, « Démocratie et factions en Afrique Centrale ». *Revue Nouvelle*, 86 (1-2), 1993, pp. 122-130.

36 *Idem*.

37 G. Hyden, *Beyond Ujamaa in Tanzania: Underdevelopment and an Uncaptured Peasantry*. Berkeley: University of California Press, 1980.

38 Fala-se de Três candidatos que perfilam para a sucessão do partido: (i) Lutero Simango, do grupo étnico Nda, irmão do antigo presidente e chefe da bancada parlamentar do MDM na assembleia da República; Silvério Ronguana, changana e membro da primeira linha e deputado na Assembleia da República e José Domingos, sena e actual secretario geral e deputado na assembleia da Republica.

39 “Lutero Simango nega ser militante do PCN”, *OPais*, 1 de outubro de 2021.

40 “Liga da Juventude do MDM na Beira apoia candidatura de Lutero Simango”. *OPais*, 8 de agosto de 2021.

41 L. Siteo «Secretário-geral do MDM admite concorrer à presidência do partido». In <https://www.msn.com/pt-pt/noticias/afrika/mo%C3%A7ambique-secret%C3%A1rio-geral-do-mdm-admite-concorrer-%C3%A0-presid%C3%Aancia-do-partido/ar-AAAMmpfN>. Acessado no dia 19 de outubro de 2021.

O único dos três candidatos que já concorreu de facto a uma eleição. Esta experiência aliada a funções de gestão política no partido e na assembleia da República são elementos fundamentais que podem concorrer para a sua eleição. Mesmo não sendo uma figura carismática, a sua capacidade discursiva e conhecimento dos meandros políticos nacionais podem ser elementos determinantes para a sua eleição. Contudo, sendo o MDM um partido que foi criado e se desenvolveu ao nível da cidade da Beira, é o candidato, que pelo seu desconhecimento das dinâmicas locais e municipais exclusiva à Beira, parece reunir menos probabilidade de ser eleito presidente do partido. A possível vitória de Ronguana pode significar para os fundadores, e maior parte dos simpatizantes do partido, que o centro do poder pode se deslocar da cidade Beira para Maputo, o que pode significar a perda total de protagonismos destes grupos. Com efeito, a um mês antes do congresso é o único candidato que ainda não recebeu apoio explícito de nenhuma das delegações, nem das organizações de massas do partido.

##### 5. Notas Finais

Como se pode ver dos três candidatos, dois (Simango e Domingos) embora de grupos étnicos diferentes, são “originariamente” da cidade da Beira, local que viu nascer o partido e um candidato proveniente do Sul, e que, nas dinâmicas da sociologia política moçambicana, será, naturalmente, conotado ao poder do dia ao nível central. As clivagens que se acentuam com discursos inflamados entre os dois candidatos da Beira, levam a desconfiar, que o candidato vencedor poderá ter défice de legitimidade em relação as diferentes alas internas ligadas aos derrotados, o que pode perenizar a crise e tornar o MDM insignificante. Tal facto poderá dar uma grande vantagem aos adversários políticos do MDM ao nível da cidade da Beira. Em outras palavras, as dificuldades, que podem resultar da gestão das eleições internas no MDM, podem se repercutir na sua capacidade de controlar a Beira, local de sua origem.

O MDM nunca conseguiu ao longo do tempo materializar a sua visão de “Moçambique para todos”. Os conflitos políticos que assolaram o movimento desde a sua criação, a implantação de um estilo centralizador e autoritário por parte de sua liderança e o abandono da ala, dita “intelectual”,

aumentaram o nível de críspação e impediram o movimento de produzir um discurso legitimador que servisse de alternativa credível em relação ao *establishment*. Antes de marcar o congresso para a escolha do novo líder, o MDM devia ter convocado os “estados gerais do partido” para discutir de forma franca e aberta “os problemas de que enferma o partido” e abrir espaço para o regresso de figuras que tem “capacidade para fazer política” inovadora e em face as dinâmicas actuais do país. O partido precisa de uma figura carismática, com experiência de governação e que conhece os meandros da *real politique*. Parece-nos que a figura de Manuel de Araújo, serviria como um dos dispositivos fundamentais de renegociação do novo MDM pós-Daviz Simango. Porque?

**Cenário 4: Manuel de Araújo:** se é verdade que Manuel de Araújo abandonou o MDM em desavenças com Daviz Simango, a sua carreira política não conheceu grandes avanços na RENAMO com a subida ao poder de Ossufo Momade. Profissional com *habitus de politico*<sup>42</sup> Araújo é uma figura carismática com conhecimento da *realpolitik* de Moçambique; com contactos ao nível nacional e internacional e que já enfrentou batalhas políticas muito fortes contra o partido Frelimo em Quelimane. Possuidor de qualidades discursivas e uma vasta experiência de gestão administrativa, Araújo poderia trazer um grande contributo não só para ultrapassar a crise que afecta o MDM desde a sua criação, mas para projectar politicamente o MDM ao nível nacional aglutinando as diferentes forças locais, que sempre viram nele uma figura consensual que pode participar de forma activa na construção de uma instituição inclusiva. Uma das grandes dívidas que Manuel de Araújo transporta consigo mesmo, é o facto de ter sido apenas um político local e nunca ter conseguido ocupar cargos mais elevados ao nível nacional. O MDM podia aproveitar-se desta força interior e das suas qualidades para catapultar outras formas de (re)construir o partido.

<sup>42</sup> P. Bourdieu, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 2007.

# O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE (MDM) E A TRAJECTÓRIA DA IDEIA DE UMA “TERCEIRA FORÇA POLÍTICA” EM MOÇAMBIQUE.

Eduardo J Siteo

PROFESSOR ASSOCIADO NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA  
POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UEM.

[eduardo.nkomo@gmail.com](mailto:eduardo.nkomo@gmail.com)

O presente texto faz duas coisas, i.e., apresenta, sucintamente, as diversas empreitadas viradas para o estabelecimento de uma Terceira Força política no país, na era multipartidária, e aborda os obstáculos que se colocam na via da consolidação de tal Terceira Força. Fundamentalmente, o texto sugere que a saliência, ou não, de uma força política da oposição, para além da Renamo, depende muito do que este partido faz ou deixa de fazer. O texto apresenta evidências que apontam para o facto de o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) ter sido, até ao momento, o partido político que esteve mais próximo de sair-se bem neste exame, principalmente no período entre 2009 e 2014; tendo, posteriormente, começado a mostrar sinais de desmoronamento, sobretudo, entre 2017 e 2018. O texto sugere, finalmente, que o abandono de moldes autoritários de liderança e a adopção de uma agenda política clara e consistente pode ser a via para o MDM retomar os ganhos interrompidos a partir de 2015 a esta data.

## 1. Marcos de uma possível TERCEIRA FORÇA em Moçambique:

O carácter essencialmente bipartidário do sistema de partidos políticos vigente no país ficou evidente logo no término das primeiras eleições gerais multipartidárias de Outubro de 1994. Como se sabe nestas eleições, em que tomaram parte 12 partidos políticos e 2 coligações de partidos políticos, a Frelimo e a Renamo arrecadaram, em conjunto, 82% de votos válidos nas legislativas e, os respectivos candidatos presidenciais, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, arrecadaram, juntos, 87% dos votos disponíveis para a eleição presidencial. As duas coligações que disputaram estas eleições colocaram-se, ligeiramente, em vantagem em relação aos demais partidos políticos que participaram individualmente; assim, a coligação União Democrática (UD) constituída pelos partidos PALMO, PANADE e PANAMO<sup>43</sup> obteve 5,15% dos votos, na terceira posição, e a coligação Acção Patriótica (AP) constituída pelo MONAMO<sup>44</sup> e Frente de Acção Patriótica (FAP) ficou na quarta posição com 1,95% dos votos. Destes resultados a Frelimo conseguiu 129 deputados na Assembleia da República, a Renamo 112 e a coligação União Democrática ficou com 9 deputados. Ou seja, apenas a barreira, então vigente de 5%, impediu a coligação Acção Patriótica (AP) de eleger deputados na primeira legislatura da Assembleia da República multipartidária<sup>45</sup>.

Quiçá encorajados por estes resultados, os partidos políticos que não obtiveram assentos na primeira legislatura multipartidária formaram, na província de Inhambane, o que ficou conhecido como Fórum Extra-Parlamentar. Com efeito, Padimbe Kamati, primeiro líder da coligação, apareceu perante o público afirmando que o Fórum visava corrigir a circunstância de estes partidos políticos não terem conseguido coligar-se antes das eleições de 1994. Sobretudo e nas suas palavras, o objectivo

do Fórum era o de constituir-se em espaço de consulta e debate sobre os principais problemas do país para além do jogo político bipolar exibido no Parlamento pela Frelimo e Renamo<sup>46</sup>. O Fórum pretendia ser, deste modo, uma alternativa política que transcendia o marco das duas forças ex-beligerantes.

O fracasso do Fórum Extra-Parlamentar ficou evidente quando 15 dos partidos políticos integrantes da coligação foram ao enalço da Renamo na sua campanha de boicote das primeiras eleições autárquicas de Junho de 1998. Seguidamente e logo na sequência das primeiras eleições autárquicas, ainda em 1998, Wehia Ripua, líder do PADEMO<sup>47</sup> e terceiro candidato mais votado nas primeiras eleições presidenciais de 1994 com 2,87%, juntou em seu torno 7 destes partidos políticos e formou a coligação que ficou conhecida por União Moçambicana da Oposição (UMO). O prestígio, ou carisma, pessoal de Ripua, o seu relativo sucesso nas primeiras eleições gerais e a sua “fama” de intolerante em relação à corrupção, tudo indicava que uma Terceira Força poderia, por fim, se estabelecer no país.

A coligação União Moçambicana da Oposição (UMO) quase “não se levantou do chão”: qualquer expectativa séria da hipótese da UMO se constituir numa Terceira Força, foi devastadoramente efémera. Sobre as cinzas da UMO, e ainda no mesmo ano, foi erguida a coligação Aliança para a Democracia (APD) constituída pelos partidos MONAMO, FUMO<sup>48</sup> e PCN<sup>49</sup>. Estes eram partidos políticos que, na altura, para além da Frelimo e da Renamo, contavam com uma liderança política esclarecida, nas pessoas dos Drs. Domingos Arouca e Máximo Dias e o Jovem Engenheiro Lutero Simango. No entanto, tal como tinha já acontecido com o Fórum Extra-Parlamentar, em 1998, não foi muito difícil para a Renamo arrastar consigo o que existia da UMO e da APD no seu voo estratégico rumo às segundas eleições gerais multipartidárias de 1999 no âmbito da sua Renamo-União Eleitoral (Renamo – UE)<sup>50</sup>. As segundas eleições gerais multipartidárias de 1999 mais do que cristalizaram o carácter bipartidário do sistema partidário do país: nelas, a Frelimo e a Renamo-UE conquistaram a totalidade dos assentos na Assembleia da República, com 133 e 117, respectivamente, e os seus candidatos presidenciais, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, ficaram com 52% e 48% dos votos válidos na corrida presidencial. Ficou aqui enterrado o sonho de uma Terceira Força Política pela via da constituição de coligações partidárias.

Assim, no caminho para a realização das terceiras eleições gerais de 2004, e fruto da expulsão do partido Renamo do então número 2 do partido e seu negociador-Chefe nas negociações que culminaram com a assinatura do AGP/Roma em Outubro de 1992, Raúl Domingos, este decidiu criar o Partido para Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) que, logo no seu aparecimento, prometia tornar-se numa força política relevante no país, tanto pelo prestígio do seu líder-fundador, quanto por ter arrastado consigo uma parte não negligenciável dos quadros da Renamo, na altura. Anícia Lalá e Andrea Ostheimer na sua obra *Como limpar as nódoas do processo democrático?* afirmam o seguinte:

“Esta terceira força política liderada por Domingos poderá angariar apoios e tornar-se num factor de contrabalanço nas próximas eleições

43 PALMO – Partido Liberal e Democrático, então liderado por António Palange; PANADE – Partido Nacional Democrático, então liderado por José Massinga; PANAMO – Partido Nacional de Moçambique, então liderado M. Panganane.

44 MONAMO – Movimento Nacionalista Moçambicano, então sob liderança do Dr. Máximo Dias

45 Ver Mazula, B. (ed.) (1995) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo: Elo Gráfica, Lda.

46 Ver Siteo, EJ, Matsimbe, Z, e Pereira, A. (2005) *Parties and Political Development in Mozambique*, EISA

47 PADEMO – Partido Democrático de Moçambique

48 FUMO/PMCD – Frente Unida de Moçambique – Partido Moçambicano da Convergência Democrática

49 PCN – Partido da Convenção Nacional

50 Ver Siteo, EJ, Matsimbe, Z, e Pereira, A. (2005) *op. Cit.*

gerais. É que, Domingos continua a manter contactos dentro da Renamo, e granjeia auxílios, principalmente nos seguintes grupos: militares desmobilizados, antigos quadros da Renamo integrados nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, antigos exilados do chamado ‘grupo de Lisboa’, a facção que estava aquartelada na sede da Renamo em Maringwé durante a guerra civil e antigos simpatizantes da Renamo na clandestinidade”<sup>51</sup>.

O certo é que nas terceiras eleições gerais de 2004 o PDD, de Raúl Domingos, conquistou o estatuto de Terceira Força política do cenário partidário nacional, não necessariamente pela conquista de assentos na Assembleia da República, mas sim pelo facto de ter tido o melhor desempenho no escrutínio, atrás da Frelimo e da Renamo. Depois de Wehia Ripua que em 1994 conseguiu obter 2.87% dos votos do eleitorado para as presidenciais, foi a vez de Raúl Domingos, nas terceiras eleições gerais de 2004, a atingir a cifra de 2.73% da preferência do eleitorado, por outro o partido PDD ao atingir 2% nas legislativas conseguiu resultado relativamente melhor ao conseguido pela coligação Aliança Patriótica, em 1994, não tendo conseguido assentos na AR também por, na altura, ainda estar em vigor a barreira dos 5%<sup>52</sup>. Sobre Raúl Domingos e o PDD, o Carter Center no seu Relatório sobre Observação Eleitoral de 2004 tem o seguinte a dizer:

“Entre os partidos mais pequenos, o Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) é um novo partido liderado por Raul Domingos, cuja experiência e contactos internacionais o ajudaram a organizar e capitalizar a campanha do PDD. Determinada fonte declarou que o PDD reforçou rapidamente a organização e infraestrutura do partido através da rede de apoio social da organização não-governamental fundada por Domingos, assim como através da aquisição de bens imobiliários para as sedes de partido nas províncias”<sup>53</sup>.

O relativo desempenho positivo do PDD nas terceiras eleições gerais de 2004, um partido político que havia sido fundado justamente no ano anterior (embora beneficiasse do facto de Raúl Domingos ter primeiro criado uma ONG, o Instituto Democrático para a Paz e Desenvolvimento – IPADE) criou a expectativa de que, desta vez, haveria uma alternativa séria ao cenário bipolar vigente no país, personificada pelo PDD. Contudo, o desempenho eleitoral subsequente do PDD fez gorar tais expectativas. E é aqui onde entra em cena o fenómeno do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Na realidade e ironicamente, o surgimento do MDM também assenta sobre as desinteligências no seio da Renamo. Daviz Simango, que havia desempenhado a função de edil da Cidade da Beira pela Renamo, no período 2003-2008, foi impedido de concorrer por este partido nas terceiras eleições autárquicas de 2008 e este decidiu romper com a Renamo concorrendo como candidato independente apoiado por uma associação local de naturais e amigos. Daviz Simango venceu as eleições autárquicas numa cidade tradicionalmente tida como bastião do partido Renamo. No ano seguinte e na caminhada rumo às quartas eleições gerais de 2009, Daviz Simango cria o MDM. Num exercício meteórico, o MDM consegue catapultar-se, nas eleições gerais de 2009 para a posição de Terceira Força política do cenário político nacional. Com efeito, mesmo concorrendo em apenas 4 dos 13 círculos eleitorais o MDM conseguiu a terceira preferência do eleitorado e pôde fazer eleger 8 deputados para a Assembleia da República, facto até então unicamente conseguido pela coligação União Democrática na primeira legislatura do Parlamento multipartidário. E Daviz Simango com 8,6% de votos, foi o terceiro candidato mais votado na eleição presidencial.

A posição do MDM entanto Terceira Força reforça-se em 2011 em resultado da vitória eleitoral de Manuel de Araújo na eleição intercalar realizada no Município de Quelimane – a quarta cidade do país – na sequência da renúncia dos edis da Frelimo nos Municípios de Quelimane, Cuamba e Pemba, e morte do edil da Maxixe. Nestas eleições intercalares apenas a Frelimo e o MDM tomaram parte em resultado da recusa do grosso dos partidos políticos da oposição de participarem nelas. Como resultado, o MDM passou, em apenas pouco mais de 2 anos de sua existência, a governar duas cidades de grande relevo sociopolítico, económico e histórico no país, designadamente a Cidade da Beira e a Cidade de Quelimane. E, contrariamente ao que tinha sido o desempenho do PDD nas eleições autárquicas seguintes à sua irrupção nas eleições gerais anteriores, nas eleições autárquicas de 2013 o MDM fez melhor e, como Joe Hanlon escreve,

em Dezembro de 2013: “Frelimo ganha 50 municípios e MDM se impõe”. No Boletim sobre o processo político de Moçambique, de Dezembro de 2013, Hanlon escreve o seguinte:

“As eleições autárquicas de 2013, de 20 de Novembro, saldaram-se em vitória do partido Frelimo, ganhou a presidência e a maioria dos assentos na assembleia municipal de 50 dos 53 municípios. Mas também foram marcadas por grande ascensão do MDM que conquistou três cidades importantes - Nampula, Quelimane e Beira - e ganhou 30% dos assentos nas assembleias municipais a nível nacional. Em Maputo e Matola, o MDM (Movimento Democrático de Moçambique) ganhou 40% e 42% dos votos respectivamente, contra 14% e 9% respectivamente, ganhos pela Renamo em 2008”<sup>54</sup>

Tal como indica Joe Hanlon os resultados eleitorais do MDM nas eleições autárquicas de 2013 foram particularmente expressivos, não apenas pela conquista de 3 dos maiores Municípios do país, designadamente, Beira, Quelimane e Cidade de Nampula, mas sobretudo porque no bastião da Frelimo, a zona metropolitana do Grande Maputo, o MDM conseguiu resultados muito superiores aos alcançados pela Renamo nas eleições autárquicas anteriores de 2008. O resultado de 30% dos assentos nas Assembleias Municipais a nível nacional é algo que não deixa dúvidas quanto ao estatuto adquirido do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), por estas alturas, de Terceira Força política nacional.

As eleições gerais multipartidárias de 2014 representam a “fase de ouro” da assunção do estatuto de Terceira Força política nacional por parte do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Tal como escreve o jornal Deutsche Welle (DW) a 30 de Outubro de 2014, citando um artigo da autoria de Leonel Matias elaborado para a Agência LUSA:

“A FRELIMO vence as eleições gerais com uma maioria absoluta de 55,97% no Parlamento e o seu candidato, Filipe Nyusi, ganha as presidenciais com 57,03%. Ainda segundo os resultados oficiais preliminares, a RENAMO, conserva o estatuto de maior partido da oposição, obtendo 32,49% nas legislativas e o seu líder, Afonso Dhlakama, 36,61% nas presidenciais, enquanto o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) consolida a posição de terceira força, com 7,21% no Parlamento e 6,36% do seu candidato Daviz Simango, na corrida à sucessão do atual chefe de Estado, Armando Guebuza. Assim sendo, a FRELIMO terá 144 deputados, menos 47 do que o atual grupo parlamentar, a RENAMO aumenta a sua presença de 51 para 89 mandatos e o MDM passa de oito para dezassete”<sup>55</sup>

O cenário retro mencionado, decorrente das eleições autárquicas de 2013 em que o MDM conquistou os Municípios das Cidades de Nampula, Quelimane e Beira, veio a consolidar-se, pouco tempo depois das eleições gerais de 2014, em virtude da realização das eleições intercalares, de 7 de Fevereiro no Município de Gurué, que foram igualmente ganhas pelo MDM. Assim, já em Fevereiro de 2014 o MDM juntava aos seus dezassete assentos na Assembleia da República a governação de 4 Municípios importantes do país. Nas intercalares de Gurué o MDM conquistou tanto a presidência do Município, como a maioria dos assentos na Assembleia Municipal no confronto directo com a Frelimo. Vai, até esta altura, a história do sucesso do MDM entanto que Terceira Força política nacional no país e, portanto, a seguir pode-se narrar aquilo que tem vindo a constituir a história do seu “aparente” ou relativo desmoronamento enquanto titular de tal estatuto.

## 2. As desinteligências do desmoronamento relativo do MDM

Indubitavelmente, esta nova fase começa com a notícia da desvinculação do MDM pelo então edil da Cidade de Nampula, Mahamudo Amurane, em Agosto de 2017. Amurane pretextou desinteligências insanáveis com a liderança do MDM e anunciou que, para as eleições autárquicas de 2018, iria concorrer sob a bandeira de um outro partido político, não tendo nessa altura, especificado qual é que este seria. Mahamudo Amurane não viveria para ver satisfeita a sua vontade de recandidatar-se para a presidência do Município da Cidade de Nampula, pois foi barbaramente assassinado a 4 de Outubro de 2017, portanto antes de completar 2 meses como edil “independente” da Cidade de Nampula. Na sequência da morte de Mahamudo Amurane, foram realizadas eleições municipais intercalares na Cidade de Nampula, a 24 de Janeiro de 2018, em que concorreram candidatos da Frelimo, da Renamo, do MDM, do PAHUMO<sup>56</sup> e da AMUSI<sup>57</sup>. Não tendo havido vencedor claro entre os candidatos da Frelimo e da Renamo, que obtiveram votações muito próximas, houve a necessidade de uma segunda volta em que concorreram os candidatos da Frelimo e Renamo, tendo este último contado como apoio expresso da direcção do MDM.

51 Ver Lalá, A. e Ostheimer, A. (2003) *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*, Konrad Adenauer Stiftung.

52 A barreira dos 5% vigorou nas eleições de 1994, 1999 e 2004 e segundo um estudo de Guilherme Mbilana (2012) a percentagem do voto minoritário que ficou privada de ter assentos na Assembleia da República nesses escrutínios foi de 12,9%, 12,7% e 8,24%, respectivamente. Foi a partir da Reforma da legislação eleitoral de 2007 que esta barreira foi eliminada. Em 2004 a Renamo tinha constituído a coligação eleitoral Renamo-União Eleitoral (Renamo-EU) desfeita pouco antes das quartas eleições gerais de 2009 e, conhecendo já o potencial dos pequenos partidos, não se opôs à retirada da barreira dos 5% no novo pacote eleitoral (Mbilana, 2012).

53 Ver The Carter Center (2004) *Observação das Eleições de Moçambique 2004*, ATLANTA, GA

54 Ver Hanlon, J. (2013) *Boletim sobre o processo político de Moçambique*, Maputo: CIP e AWEPA

55 Ver (DW) (2014) <https://www.dw.com/pt-002/frelimo-e-filipe-nyusi-ganham-eleicoes-em-moambique-anuncia-cne/a-18030642> acessado a 12 de Novembro de 2021

56 PAHUMO – Partido Humanitário de Moçambique

57 AMUSI – Acção do Movimento Unido para a Salvação Íntegra

Perder o controlo do Município da Cidade de Nampula à favor da Renamo foi, apenas, o primeiro passo de um rol de acontecimentos que viu o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) a perder os seus “quadros” chaves à favor do maior partido da oposição em Moçambique, a Renamo. Com efeito, na corrida para as quintas eleições autárquicas de 2018, Venâncio Mondlane e Manuel de Araújo recusaram, ostensivamente, a possibilidade de se apresentarem como cabeças de lista pelo MDM nos Municípios de Maputo e Quelimane, respectivamente, tendo aderido, subsequentemente, à Renamo. Tanto Venâncio Mondlane, como Manuel de Araújo, alegaram desinteligências várias com a liderança do MDM, particularmente em relação ao estilo de governação do então Presidente do partido, Daviz Simango. Como era de esperar, nas eleições autárquicas de 2018, o MDM conseguiu reter o controlo, apenas, do Município da Beira; tendo, efectivamente, cedido terreno à Renamo que passou a controlar 8 municípios, onde se incluem os Municípios das Cidades de Nampula, Quelimane e Nacala, mas também de territórios tradicionalmente considerados bases da Frelimo, nomeadamente Chiúre, em Cabo Delgado e Cuamba, na província de Niassa. Ou seja, contrariamente a 2013/4 em que o MDM controlava 4 Municípios e tinha uma presença significativa em muitas Assembleias Municipais – 30% à escala nacional – em 2018 ficou apenas com uma Cidade e a sua presença nas Assembleias Municipais foi drasticamente reduzida – para cerca de 8,5%.

As sextas eleições gerais multipartidárias de 2019 vieram confirmar, mais uma vez, a redução do papel do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) à favor de uma relativa consolidação do partido Renamo na posição de principal partido de oposição no país. É de assinalar que o MDM, já com uma década de actividade política intensa, teve resultados inferiores aos conseguidos em 2009 ano da sua fundação e onde só concorrera em 4 dos 13 círculos eleitores; desta vez o MDM só conseguiu ter 6 assentos na Assembleia da República e apenas 10 ao nível das Assembleias Provinciais ao largo de todo o país.

### **3. Desafios que se colocam na consolidação de uma Terceira Força Política no cenário nacional**

Pela narrativa dos factos acima depreende-se, em primeiro lugar, que a saliência ou não de uma Terceira Força no país depende, em grande medida, do que a Renamo faz ou deixa de fazer. Primeiro cenário: sempre que a Renamo não interveio num determinado escrutínio houve espaço para que alguma outra

força política ganhasse visibilidade. Por exemplo, na sequência do boicote da Renamo – e de cerca de 15 outros pequenos partidos – das primeiras eleições autárquicas de 1998, grupos de cidadãos independentes que se organizaram para participarem nelas obtiveram resultados na ordem de 30% a 40% contra listas da Frelimo, particularmente nas Autarquias de Maputo, Beira e Nacala Porto. Idem para o resultado expressivo do MDM nas eleições autárquicas de 2013 que beneficiaram, largamente, da não participação da Renamo nesse escrutínio. Segundo cenário: a Renamo, historicamente, sempre pugnou por ser a única, ou mais importante, força política da oposição no país; desde a lógica da barreira dos 5%, até as múltiplas estratégias de cooptação dos pequenos partidos, ou de seus quadros, individualmente. E, neste particular, o MDM não ficou incólume, sobretudo ao longo de 2018 ainda em vida do então Presidente da Renamo, Afonso Dlhakama. Terceiro cenário: tanto o PDD, quanto o MDM surgiram no contexto de desinteligências internas da Renamo e significaram, numa medida significativa, a divisão de lealdades por parte do eleitorado tradicional daquele partido. Coincidentemente, as alegações de autoritarismo por parte da liderança de Afonso Dlhakama, que terão levado à expulsão de Raúl Domingos e ao abandono do partido, por Daviz Simango, são praticamente as mesmas que terão levado Mahamudo Amurane, Venâncio Mondlane e Manuel de Araújo a abandonar o MDM, agora sob a liderança de Daviz Simango.

Quiçá, outro desafio que se coloca no caminho da consolidação de uma Terceira Força política, para além do que a Renamo faz ou deixa de fazer, seja a necessidade de definição de uma agenda política clara, robusta e prosseguida consistentemente. O PDD quando surgiu colocou maior ênfase na agenda da Paz, mas foi se diluindo com o tempo. O MDM colocou o acento tónico na ideia da inclusão, com a juventude como âncora da agenda, mas cedo começou a dar sinais de que o poder efectivo, no partido, emanava da Cidade da Beira, apenas. “Moçambique Para Todos” parece ter-se ficado, sobretudo, nas intenções e não na *praxis* política quotidiana.

# OS TEMPOS DE GLÓRIA DO MDM: A PENETRAÇÃO NO MUNICÍPIO DA VILA DE MUEDA

**Egídio Guambe**

PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA NA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM).

[guambeegidio@gmail.com](mailto:guambeegidio@gmail.com)

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) surgiu no espaço local, na Beira, e parece que a sua afirmação também tendeu, pelo menos num determinado momento, a se consubstanciar nas estruturas administrativas locais, sobretudo nas autarquias. Com efeito, os seus melhores momentos foram sobretudo experimentados na vitória nas eleições locais, em particular destaque para as cidades da Beira, Nampula, Quelimane e Gurué.

Efectivamente, tudo indicava que o sucesso do novo partido, surgido em 2009, viria da sua capacidade de governação local e da recriação de modos de “gestão pública de proximidade”<sup>58</sup> aos cidadãos. Tais modalidades viriam a substituir aquelas fórmulas típicas de autoritarismo e de violência unilateral sem legitimidade, que caracterizava os seus principais adversários, a FRELIMO e a RENAMO<sup>59</sup>. O seu discurso de “não belicista” incarnaria uma verdadeira definição de “cidadão de direito” e emanciparia o Estado de uma condenação partidária clientelista, igual a que era implementada por aqueles que lutaram ou pela emancipação colonial ou do simples jugo de partido-único (e não de democracia).

A sua principal matriz de reivindicação do seu modelo de governação, a cidade da Beira, se configurava numa espécie de “escola” de novos modos de governação, sobretudo de imaginação de um verdadeiro projecto pós-colonial. O histórico de autonomia administrativa do território da Manica e Sofala, sobretudo herdado da memória administrativa dos tempos da gestão da Companhia de Moçambique<sup>60</sup>, parecia ter reavivado uma “memória colectiva” de um espaço de relação com Estado mais simplificado e flexível, capaz de se adaptar às dinâmicas contemporâneas de gestão pública: mais horizontal, gestão por redes, simplificada e sem fronteiras, coproduzida, transparente, etc.

Sem dúvida, a origem do MDM gerou uma certa expectativa de novos modos de fazer política. Neste ensaio explora-se um exemplo, que se pode considerar excepcional, de instauração do MDM no município da vila de Mueda. Um local histórico, por ser onde a narrativa de luta de libertação anticolonial se construiu, o que faz com que seja considerado local de início da luta de libertação de Moçambique. A aliança entre a elite que encabeçou esta luta de emancipação anticolonial e a população local construiu no imaginário colectivo a ideia de um local de pertença ao partido FRELIMO. Os resultados eleitorais alcançados pela oposição, em destaque RENAMO, em Mueda sustentavam, até antes da chegada do MDM, um espaço impetrável pela oposição. A implantação do MDM naquela local

é, incontestavelmente, um objecto fértil para estudar as dinâmicas colectivas de Moçambique actual.

Neste pequeno ensaio, explora-se, numa primeira fase as dinâmicas de gestão da autarquia de Mueda, para em seguida, mostrar, a partir do exemplo da instauração do MDM em Mueda, como a agenda inicial do MDM parecia ter atraído um conjunto de simpatizantes, sobretudo a juventude e notáveis locais. Não devidamente mobilizados e estudados, finalmente o MDM não logrou a construção de um projecto sustentável e base de estruturação das suas reivindicações. As eleições de novo presidente do partido deveriam se reflectir na reinvenção da visão do partido. Trata-se, portanto, de uma reflexão que se define na base de uma “sociologia do possível”, reconhecendo um bloqueio quase generalizado do imaginário político de Moçambique, como construção colectiva.

## 1. DE UMA AGENDA NEOPATRIMONIAL À EMERGÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA O MDM EM MUEDA

A emergência do MDM em Mueda se efectivou através das dinâmicas de municipalização. A vila de Mueda foi elevada à categoria de autarquia em 2008 na sequência da segunda vaga de municipalização. A abertura do espaço local, entanto que autarquia, gerou novas dinâmicas locais. Com efeito, a passagem de uma entidade fechada (de administração directa do Estado) para uma acção administrativa com vocação participativa, tal que a autarquia, não se resumiu somente à integração e fidelização dos cidadãos através da cooperação das elites locais para o clientelismo político-administrativo da autarquia. Originou igualmente novas práticas e comportamentos políticos inesperados vis-à-vis a gestão da autarquia.

Efectivamente, em Mueda, a experiência de novas formas de relação entre os cidadãos ao nível local e a administração, associado à incapacidade desta de produzir respostas adaptadas a essas novas relações, fizeram emergir uma realidade jamais experimentada nesta vila. Sem que tivesse havido verdadeiros «ajustamentos mútuos»<sup>61</sup>, entre os cidadãos e as autoridades administrativas, estas contribuíram para a emergência de um partido de oposição, o MDM, no espaço público local. É um facto totalmente inédito em Mueda devido à sua longa fidelidade ao partido no poder, a FRELIMO, que até então se considerava incontestável nesta vila. Em parte, este forte sentimento de pertença à Mueda pelo partido governamental é relacionada com a narrativa do início da luta de emancipação colonial. Nos primeiros momentos de organização da luta, Mueda serviu de espaço de recepção e de apoio dos guerrilheiros. No final desta luta, das alianças de conveniência<sup>62</sup> entre a elite originária de Mueda e a liderança da FRELIMO, movimento que encabeçou a luta, construiu-se uma percepção de controlo total do local<sup>63</sup> esquecendo-se que as dinâmicas locais não cessam de se modificar e não mais se acomodam nas simples negociações clientelistas<sup>64</sup>.

Com efeito, a elevação da vila de Mueda à categoria de município

58 P. Hupe & M. Hill, ‘Street-Level Bureaucracy and Public Accountability’, *Public Administration* 85, no. 2, 2007: 279.

59 E. Macamo, “Cultura Política E Cidadania em Moçambique: Uma Relação Conflituosa”, in L. de Brito et al. (org.) *Desafios para Moçambique 2014*, Maputo, IESE, 2014, pp. 41-60.

60 No processo de ocupação efectiva de Moçambique depois da Conferência de Berlim em 1884/5, Portugal delegou o centro do país, Manica e Sofala à gestão da Companhia de Moçambique que detinha poderes de autonomia. Para uma literatura, a gestão da Companhia de Moçambique evoluiu de uma simples delegação a certa confrontação com o poder do Estado português ao ponto de ser um Estado dentro de um Estado. Para debate mais detalhado veja E. Guambe, *Renegociar a Centralidade Do Estado Em Moçambique. Municipalização Na Beira, Em Mueda e Em Quissico*, MincervaCoimbra (Coimbra, 2019); E. Allina-Pisano, ‘Negotiating Colonialism: Africans, the State, and the Market in Manica District, Mozambique, 1895-c 1935’, Tese de doutoramento, New Haven, University of Yale, 2002; B. Direito, ‘Políticas colonias de terras em Moçambique: O caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942’, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013.

61 G. Massardier distingue o modelo sinóptico do modelo de ajustamentos mútuos. O primeiro caracteriza-se pela opacidade centrada no Estado e o segundo pela flexibilidade e adaptações, caso a caso, segundo as dinâmicas das interações. G. Massardier, *Politiques et actions publiques*, Paris: Armand Colin, 2003.

62 L. de Brito, ‘Le Frelimo et La Construction de l’État National Au Mozambique. Le Sens de La Référence Au Marxisme (1962-1983)’. Thèse doctorat, Paris, Université de Paris VIII, 1991; J. Cabrita, *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*, New York: Palgrave, 2002.

63 M. Cahen, ‘La «fin de l’histoire»...unique. Trajectoires Des Anticolonialismes Au Mozambique’, *Portugueses Studies Review* 16, no. 1, 2008, pp. 171-237.

64 E. Guambe, *Renegociar a Centralidade Do Estado Em Moçambique. Municipalização Na Beira, Em Mueda e Em Quissico* Coimbra, AFRAMO CHS, 2019.

fez parte, desde o início, de uma lógica de reforço neopatrimonial e de redistribuição clientelista<sup>65</sup>. A elite no topo do Estado transformou a composição dos serviços municipais em fonte de alianças políticas com personalidades locais, com destaque para os antigos combatentes (da luta anti-colonial), numa tentativa de cooptação (vide Tabela 1: Composição dos eleitos do mandato 2008-2013). A composição da administração municipal, incluindo os membros da assembleia, provinha de recompensas clientelistas do partido no poder. Estes antigos combatentes eram vistos pelo poder central como os garantes da afirmação territorial, o ponto de simbiose com a população.

**Tabela 1. Composição dos eleitos do município de Mueda (2008-2013)**

Nome	Condição militar	Posição
Mobiro Kilian Namiva	Antigo combatente	Edil do município
Jessefe D. Sanduma	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Joaquim T. Limbilo	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Ema Francisco	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Patrício C. Namiva	Civil	Membro da Assembleia municipal
Tadeu M. Numborone	Civil	Membro da Assembleia municipal
Rosário David	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Arminda Vandavanda	Não identificado	Membro da Assembleia municipal
Madalena Simão	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Suzana Nthubia	Civil	Membro da Assembleia municipal
Beatriz A. Ndumasse	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Maurício Muchirima	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Adolfo Daude	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal
Mónica Clemente	Antigo combatente	Membro da Assembleia municipal

Fonte: CV dos membros da Assembleia Municipal (extraído de Guambe (2019, p. 180), *Renegociar a Centralidade Do Estado Em Moçambique. Municipalização Na Beira, Em Mueda e Em Quissico*, Coimbra, AFRAMO CHS.).

No entanto, uma grande parte dos membros da assembleia e funcionários da administração municipal integrados nesta lógica de «clientelismo para antigos combatentes» não possuíam as competências técnicas necessárias para as funções que lhes eram atribuídas. Os critérios para a sua admissão estavam sobretudo ligados ao seu passado militar e ao seu engajamento na FRELIMO. Não incluía qualquer tentativa, mesmo mínima, de adaptação às competências técnicas e administrativas requeridas.

Na verdade, a administração municipal foi criada em estado de «orfandade», de tal forma que lhe faltavam os instrumentos indispensáveis a um adequado funcionamento, a começar por funcionários competentes. Por exemplo, 63 (59%) dos funcionários da fase inicial do município não possuíam mesmo a escolaridade mínima (ver Tabela 2). Ao rigor dos termos administrativos clássicos, tratava-se bem de um caso das «administrações inexistentes»<sup>66</sup> no sentido de quase ausência do cumprimento dos qualificadores de composição dos recursos humanos.

**Tabela 2. Nível de formação dos funcionários do município de Mueda**

Nível de formação	Nr. Funcionários	%
Superior	2	1,9%
Técnicos profissionais	3	2,8%
Pré-universitário	17	15,9%
Secundário	13	12,1%
Ensino primário de 2º grau	2	1,9%
Ensino primário de 1º grau	5	4,7%
Alfabetização básica	2	1,9%
Sem escolarização	63	58,9%
Total	107	100%

Fonte: Alianza por la Solidaridad, *Relatório do Diagnóstico e prognóstico dos Recursos Humanos do Conselho Municipal da Vila de Mueda*, Município de Mueda, 2014: 9.

Entre a ausência de recursos (de diversa natureza), a questão complicava-se, a administração municipal, desprovida de meios de satisfação dos desafios locais e associada a incompetência dos seus recursos humanos, estava suspensa entre a vontade da elite reformadora da FRELIMO, que via nela um espaço de acomodação e aliança com os antigos combatentes e as dinâmicas locais, que não encontravam o ajustamento correspondente, numa incapacidade generalizada. Nesta situação, assistiu-se ao crescimento gradual de um outro tipo de pressão da sociedade sobre a administração municipal. Mais do que uma simples reinvenção de práticas de sobrevivência<sup>67</sup> e de cooperação municipal, essas acções converteram-se progressivamente em acções políticas, nomeadamente de oposição ao partido à frente da gestão municipal.

## 2. MDM COMO DISPOSITIVO DE CONTESTAÇÃO DA GESTÃO LOCAL EM MUEDA

A reinvenção política local vis-à-vis um sufoco administrativo associado a clara evidência de nepotismo da gestão, originou uma estrutura de oportunidade para uma glória de MDM em Mueda. A explicação deste fenómeno pode ser dada a partir do exemplo dos jovens vendedores do mercado informal de Mueda, que se tornaram representantes do partido na vila. Mas, antes de explicar como este processo desencadeou, em primeiro lugar, explica-se as trajectórias sociais destes jovens e as tácticas de sobrevivência, que reinventaram no plano municipal, ao ponto de originar uma situação inédita de alguma presença significativa do MDM em Mueda.

Existiam 75 jovens inscritos, com idades compreendidas entre 20 e 35 anos, que participavam activamente nas reuniões públicas do MDM, uma vez por semana, sem contar com os aderentes ou simpatizantes, que preferiam ficar invisíveis com receio de represálias por parte da família e do partido FRELIMO. Porém, a iniciativa de organização colectiva partiu de cerca de vinte, sob a direcção de Silvestre Vicente Siphula. Este viria a falecer de forma súbita, quando cumpria o mandato de líder da bancada de MDM na autarquia local.

Tinham em comum no seu percurso, alguns elementos típicos da juventude de Mueda. Concluíram todos a escolaridade obrigatória e todos gozavam de notoriedade a nível local. Tinham estudado em Pemba, Nampula ou Maputo, espaços mais dinâmicos em termos económicos e políticos, do que na sua terra natal. Oito deles disseram mesmo ter feito uma parte da escolaridade em Dar-Es-Salam, na Tanzânia<sup>68</sup>. De facto, vários deles provinham de um meio familiar favorecido, de uma pequena classe média local muito ligada ao partido FRELIMO.

Tendo ficado no desemprego e com difíceis condições de vida nas cidades de acolhimento, na impossibilidade continuar seus estudos ou fixar residência, regressaram quase todos à casa. Em Mueda, iniciaram com ajuda das famílias, pequenos negócios para ganhar a vida, fazendo jus ao que diziam: «é melhor desenrascar em casa do

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> D. Darbon, 'De l'introuvable à l'innommable : fonctionnaires et professionnels de l'action publique dans les Afriques', *Autrepart*, no. 20, 2001, pp. 27-42.

<sup>67</sup> A. M. Honwana, *The Time of Youth: Work, Social Change, and Politics in Africa*, 1st ed., Sterling, Va: Kumarian Press Pub, 2012.

<sup>68</sup> O distrito de Mueda faz fronteira com a Tanzânia e vários dos seus habitantes viajam frequentemente entre Dar-Es-Salam e Mueda, para actividades comerciais. Muitos tanzanianos também residem em Mueda.

que longe»<sup>69</sup>. Efectivamente, devido à anterior experiência de vida urbana, mostravam mais dinamismo a nível local, nomeadamente, nas actividades comerciais e de lazer, como o desporto, música, dentre outras.

Com este espírito de «desenrasca», com actividades comerciais, formaram lentamente um grupo. Viajavam até Dar-Es-Salam, Nampula ou Pemba a fim de adquirirem os produtos necessários para o negócio. Sendo as viagens bastante dispendiosas, para minimizarem os custos organizavam-se em forma de cooperativa. Com a contribuição financeira de todos, um deles viajava sozinho para fazer as compras de todos. Com este sistema de trocas solidárias, acabaram por formar uma rede de jovens relativamente unidos no mercado informal - o Mercado Central de Mueda.

Nas actividades quotidianas do mercado, estes jovens eram quem mais interagiam com a administração municipal, tanto mais que, para esta, sem recursos financeiros suficientes, a base fundamental da sua sobrevivência eram as receitas locais provenientes do mercado informal - do Mercado Central<sup>70</sup>. Conscientes da sua importância para as receitas municipais, este grupo de jovem foi exigindo ao município a melhoria das condições do mercado.

O município, debilitado pela falta de capacidades financeira e administrativa, não conseguia responder às exigências do grupo de tal forma que as relações se transformaram progressivamente em manifestações de pressão abertas e apoiadas por uma parte da população local. Isto levou a que, por exemplo, as músicas populares, compostas por alguns membros deste grupo, apresentassem textos que criticavam abertamente a administração municipal, acusando-a de incompetência e de corrupção. O grupo musical «Chimunga de Mueda» de «Tio Russo») chegou mesmo a ser incomodado pela polícia local devidos às críticas às autoridades públicas nacionais e locais.

Relativamente melhor formados do que grande parte dos funcionários do município, estes jovens apercebiam-se da incapacidade do município em gerir alguns assuntos locais, associando as dificuldades, a falta de competência técnica, incluindo a dos membros da Assembleia Municipal, conforme o excerto de entrevista de um dos participantes do grupo:

“O grande problema do município é que está cheio de pessoas não escolarizadas, são todos homens dos exércitos [antigos combatentes], eles são importantes, é verdade, mas os tempos mudaram, é preciso pessoas que estudaram [...]. Mueda era apenas da FRELIMO, agora ele é de todos, queremos mudar a vida aqui, estamos cansados do sofrimento que a FRELIMO impôs a nossa vila desde a independência”<sup>71</sup>.

Efectivamente, desde 2010, este grupo de jovens implicou-se activamente em exercer pressão sobre a administração municipal. Primeiro, tentaram constituir uma associação, mas isso parecia, de acordo com o chefe do grupo, muito complexo: «era preciso reunir um conjunto de papéis, depois ir apresentar na administração. O processo foi nos travado». Tomaram então a iniciativa de aderir a um partido, mas um partido que não tivesse vivido a experiência da guerra, o que os levou a escolher o MDM que acabara de ser criado em 2009 e que lhes parecia dinâmico e afastado das questões militares.

Além disso, segundo pensavam, havia a experiência do município da Beira, gerido pelo MDM onde «as coisas iam bem melhor do que em Mueda». Em 2010, realizaram mesmo uma viagem à Beira a fim de pedirem, ao presidente do partido, Daviz Simango, a sua adesão ao MDM. A partir desse momento multiplicaram-se os encontros e divulgaram a sua adesão ao MDM. O contexto local, de conflito interno na FRELIMO, devido principalmente ao funcionamento do município, era um terreno fértil para que pudessem desenvolver as actividades políticas sem repressão, como tinha sido a situação anterior em

relação aos partidos da oposição, em especial a RENAMO<sup>72</sup>. Ademais, tratava-se de filhos de alguns membros influentes da FRELIMO e que reconheciam as dificuldades de que passam os jovens locais, apesar de seu alinhamento ao partidário governamental.

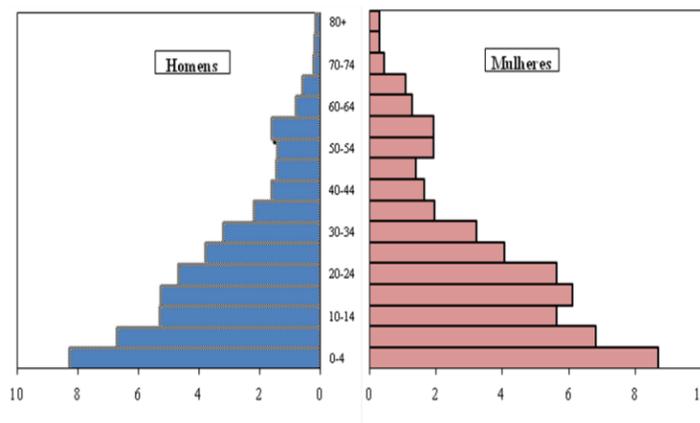
De simples táticas e de «desenrascanço» passaram a uma actividade política activa, tanto mais que conseguiram alguns lugares na Assembleia Municipal nas eleições de 2013. Para a Assembleia Municipal, o MDM fez eleger dois membros contra onze da FRELIMO<sup>73</sup>. Este resultado pode parecer marginal, mas é significativo se se tomar em consideração o facto de se tratar de uma vila “berço da FRELIMO”, onde não se tolerava qualquer oposição.

A nível local, o grupo foi considerado mais como uma abertura à mudança da gestão municipal, do que como simples manifestação do MDM como partido da oposição. É, portanto, considerado não como oposição política à FRELIMO, mas mais como alternativa às condições locais de gestão municipal.

Ainda que embrionária, a mudança é principalmente de ordem sociológica e geracional: a visão tradicional de uma organização burocrática fechada, produtora de actos administrativos unilaterais e irreversíveis é posta em causa por um ambiente cada vez mais interactivo. O problema específico de Moçambique é que o modelo de gestão administrativa no pós-colonial foi imediatamente centralizado pela FRELIMO. Na sua lógica de «centralismo democrático» de tipo estalinista, a FRELIMO tomava decisões que seguidamente a administração impunha aos administrados, sem debate nem reversão. Com este modelo, nomeadamente em Mueda, os antigos combatentes, devido à sua participação activa na luta anti-colonial, gozavam de um estatuto especial que os conferia um importante papel de simbiose entre a população e a FRELIMO. Contudo, como referia o interveniente citado *supra*, «eles são importantes, é verdade. Mas os tempos mudaram».

Sem se cingir nas estatísticas contraditórias do município e da administração central do Estado, na ocorrência, o *Instituto Nacional de Estatística* (INE), uma coisa é certa: a população com menos de quarenta anos, que não viveu a experiência colonial, representa actualmente a esmagadora maioria dos habitantes de Mueda. Também a população com menos de 25 anos, nascida depois da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO (1976-1992) é igualmente maioritária, como demonstra a pirâmide de idades abaixo. Em resumo, se se retrair a memória histórica, um dispositivo que em grande parte influencia a estruturação das práticas quotidianas, pode-se admitir que jovens entre 25 e 35 anos são muito menos receptivos à FRELIMO do que os mais velhos, que viveram o tempo dos antigos combatentes.

**Gráfico 1. Pirâmide de idade em Mueda – 2013\***



Fonte: Conselho Municipal da Vila de Mueda, *Plano de Estrutura da Vila de Mueda*, 2013 :25.

Além disso, num contexto de desemprego e de dificuldade de inserção económica, os problemas de mudança das abordagens e das relações com as autoridades públicas estão cada vez menos relacionados com a história dos antigos combatentes e as guerras vividas no país.

A esta situação não deixa de reagir a elite no poder - a FRELIMO.

69 Francisco Inácio, membro do MDM em Mueda, intervenção no grupo focal, 24 de abril de 2014

70 E. Guambe, ‘Informalidade e Recomposição do Estado: o tratamento da pobreza urbana nos municípios da Beira de Mueda’, *Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais* 2, no. 1, 2021. In <http://www.revistacientifica.uem.mz/revista/index.php/lcs/article/view/122>.

71 Maurício, intervenção no grupo focal, Mueda, 24 de abril de 2014

72 E. Guambe, *Renegociar a Centralidade Do Estado Em Moçambique. Municipalização Na Beira, Em Mueda e Em Quíçico*.

73 Vide Acórdão n. 04/CC/2014, de 30 de dezembro.

Constatou-se, aquando da passagem do primeiro para o segundo mandato municipal (2013), uma tentativa de mudança, embora cosmética, com o envolvimento na gestão municipal de pessoas cada vez mais qualificadas. Contudo, o modelo de gestão do próprio partido continuou submetido ao «centralismo democrático», sem grande influência do seu meio. A «democracia administrativa», pressuposta da autarcização, ao tentar fidelizar e integrar os cidadãos, sem paralelamente adaptar a administração, marginaliza a sua eficácia. Há, portanto, também aí um problema com estas dificuldades de novas intermediações do partido no poder com a população.

Contudo, a reacção dos cidadãos, quer recriando práticas de sobrevivência, quer organizando-se colectivamente para enfrentar a administração, demonstra a existência de estruturas de oportunidades para o desenvolvimento de outros projectos políticos dos quais o MDM, para se estabelecer politicamente, devia investir em estudos mais profundos além de praticar simples mimetismo clientelistas dos seus adversários. Como foi evidente, as lógicas de «desenrascanço», no sentido de acções menos estruturadas, caracterizadas por táticas pontuais, procuram converter-se em novas relações com a administração pública e isso é, sem dúvida, um espaço de capitalização política. Não faltou para o MDM oportunidade de maximizar um nicho político existente, mas isso demandava um investimento eminentemente intelectual, o que parece estar cada vez mais longe do seu alcance. Os seus esforços recentes de centralizar tudo em volta do Presidente, na Beira, apenas frustraram uma interpretação da sua emergência, como verdadeira força política emancipada dos vícios clientelistas e nepotistas, que caracterizam os partidos moçambicanos<sup>74</sup>.

Foto 1. Manifestação no Gurué



Fonte: Município de Gurué, 2014, página facebook, acesso 24 de Setembro de 2014, <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100008177224587&fref=ts>>.

Um exemplo de reivindicação aberta contra as tentativas de centralização se observou, por exemplo no município de Gurué. No cartaz acima pode ler-se: «município de Gurué não pode ser controlado na Beira». É visível na foto, ao fundo, o edifício da sede do município, o que tende a provar que o slogan da manifestação não era forçosamente estranho aos interesses do próprio presidente do município de Gurué. É reivindicada uma verdadeira autonomia em relação à direcção do MDM na Beira. Este elemento parece uma prova do início da degradação da capacidade de construção do MDM como instrumento de reinvenção de mecanismos de gestão e de novas fórmulas de fazer política em Moçambique. O actual momento nos parece uma oportunidade ímpar de reconstrução, se tal for assumido como nova era incluindo de remobilização de actores que possam agregar valor ao partido.

## CONCLUSÃO

Não era intenção desenvolver elementos profundos sobre o MDM, mas mostrar que o partido já teve um momento de oportunidade de se formar como uma acção colectiva a partir de dinâmicas locais. Demonstrou-se o que a força do MDM representava nas dinâmicas dos actores locais. No entanto, estes espaços de oportunidade de construção do partido parecem ter se ofuscado sem gerar grandes mudanças de resultados, não só da tentativa de instauração modelo centralizado à imagem dos seus principais adversários, mas também da falta de uma visão estruturada da sua elite e sobretudo a não sistematização de um projecto político resultante de um verdadeiro entendimento destas dinâmicas, que o apoiaram na sua emergência.

Finalmente, o MDM virou como qualquer outro partido, pouco criativo, centrado nos benefícios dos seus criadores, bloqueado na imaginação e suspenso por ausência de uma base social bem identificada. Sem recursos clientelistas, como os seus principais inimigos, está cada vez mais reduzido a uma insignificância e seu futuro naturalmente incerto, capaz se servir apenas de instrumento de cálculos nas diferenças dos principais partidos. Uma mudança de tal cenário precisaria de uma ousadia da sua liderança, o que parece, pelo menos até então, impossível muito por conta de ausência de discernimento e capacidade intelectual à altura.

<sup>74</sup> E. Guambe, “Financiamento político. Um antídoto à democracia em Moçambique: a quem beneficiam os partidos políticos viabilizados por políticos investidores?” EISA, *Policy Brief*, n.º. 13, 2021.

Diálogos de Governação  é um Newsletter do Departamento de Ciência Política e Administração Pública (DCPAP) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

**NÚMERO DE REGISTO:** 110/GABINFO/DEPC/210/2021

**MARCA DE REGISTO:** Jornal electrónico nº 44410/2021

**SOBRE OS AUTORES:**

Para este número os autores foram: Albano Brito, Domingos M. Rosário, Eduardo Júlio Siteo e Egídio Guambe.

**NOTA:** as opiniões expressas nestes textos não vinculam à Instituição, são exclusivamente da inteira responsabilidade dos autores.

**REVISOR LINGUÍSTICO:** David Langa.

**DESIGN GRÁFICO:** Chahide Filipe, mestrando em Ciência Política.

**COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO:** Carlos Bire Caixote, Domingos M do Rosário, Eduardo J Siteo, Egídio Guambe, Francisco da Conceição, José Jaime Macuane, Sónia Chone.

**CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO:** Mestrado em Ciência Política, Mestrado em Administração Pública.

© DCPAP 2021, Todos os Direitos Reservados